

Imperialismo na América Latina: o papel das burguesias e as consequências para o Brasil

Bernardo Schirmer Murratt¹

181

Resumo

O presente trabalho busca analisar historicamente o capitalismo e sua inserção no subcontinente latino-americano e no Brasil, principalmente dos anos 1970 até a atualidade. A partir disso, buscamos mostrar como funcionam as relações das classes burguesas locais com o Centro capitalista em cada padrão de acumulação no subcontinente. Defende-se aqui uma visão do sistema capitalista como totalidade única em que a reprodução do sistema no Norte Global tem influência significativa nos Estados do Sul. Desse modo podemos mostrar que as burguesias da América Latina e, mais particularmente, a do Brasil possuem fortes vínculos com o Centro. Não podendo serem compreendidas adequadamente se consideradas apenas o cenário político e social circunscrito aos Estados que fazem parte.

Palavras-chave: Burguesia; Sul Global; Imperialismo.

¹ Doutorando em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC - UFABC. | bernardo.murratt@ufabc.edu.br



Resumen

Este artículo busca analizar históricamente el capitalismo y su inserción en el subcontinente latinoamericano y en Brasil, especialmente desde la década de 1970 hasta nuestros días. A partir de esto, buscamos mostrar cómo funcionan las relaciones de las clases burguesas locales con el Centro Capitalista en cada modelo de acumulación en el subcontinente. Aquí defendemos una visión del sistema capitalista como una totalidad única en la que la reproducción del sistema en el Norte Global tiene una influencia significativa en los Estados del Sur. Así, podemos demostrar que la burguesía de América Latina y, más particularmente, la de Brasil tienen fuertes vínculos con el Centro. No se puede entenderlas adecuadamente si sólo se considera el escenario político y social limitado a los Estados que en que forman parte.

Palabras Clave: Burguesía; Sur Global; Imperialismo.

Abstract

This paper seeks to historically analyze capitalism and its insertion in the Latin American subcontinent and in Brazil, mainly from the 1970s to the present. From this, we seek to show how the relations of the local bourgeois classes with the capitalist Center work in each pattern of accumulation in the subcontinent. A vision of the capitalist system as a single totality is defended here, in which the Global North's reproduction of the system has a significant influence on the States of the South. In this way, we can show that the Latin American bourgeoisie and, more particularly, the Brazilian bourgeoisie has strong ties with the Center. They cannot be properly understood if only considered the political and social scenario circumscribed to the States that they belong to.

Keywords: Bourgeoisie; Global South; Imperialism

Introdução

O capitalismo contemporâneo, no contexto mundial, aparece como uma busca incessante por crescimento econômico por todos os países. O crescimento do PIB, ao custo que seja, é o mantra entoado pela mídia, pelos funcionários de Estado e pelos políticos. O esforço por novas e maiores porcentagens de produto interno bruto (PIB) promete trazer qualidades inerentes que solucionariam automaticamente os mais diversos problemas característicos do sistema capitalista. A desigualdade social, o desemprego em massa e o desenvolvimento econômico, situações comuns aos países mais pobres seriam solucionadas a partir da obtenção de metas de crescimento consistentes e do alcance de índices de investimento proporcionados por empresas e grupos dos países mais ricos².

Neste cenário, o crescimento e o desenvolvimento são tidos como possíveis por todos aqueles que buscarem se organizar internamente. Essa

² Sobre a abrangência e construção dessa lógica no mundo capitalista ver Amin (2021) capítulos II e IV.



premissa é partilhada tanto por grupos conservadores como por grupos progressistas. Os primeiros pregam uma cópia de receituários importados do ocidente³. Já os segundos acreditam que uma série de reformas internas, arranjos de classe e até mesmo uma conscientização da sua respectiva burguesia podem sanar os problemas que entravam o crescimento e, conseqüentemente, tornam perenes as adversidades em que se encontram a maior parte da população⁴. Ambos apresentam abordagens distintas e buscam objetivos dispares, todavia incorrem no mesmo erro, a premissa de que dentro do sistema capitalista um crescimento virtuoso é possível sem que haja prejuízo para nenhuma das partes que compõe o sistema em âmbito Global.

Aproximando o foco ao Brasil, e à América Latina, vemos que as respostas às problemáticas brasileiras, no que diz respeito ao desenvolvimento e superação de dificuldades sistêmicas, também padecem das mesmas deficiências elencadas ao início do texto. Os estudiosos do desenvolvimentismo⁵ trazem que o principal entrave do desenvolvimento capitalista no Brasil, e mesmo em outros países que buscam realizar o *catchin-up* industrial, reside na falta de capacidades do Estado e uma baixa sinergia do último com o setor privado. No entanto, algumas abordagens marxistas também incorrem objetivamente no mesmo erro⁶. Por mais que sua perspectiva seja distinta e crítica do sistema capitalista, os entraves e problemas sistêmicos não consideram o Brasil como mais uma peça no sistema capitalista mundial. Ambas abordagens têm a presença de um elemento em comum, uma burguesia de caráter nacionalista, quer dizer uma

³ O programa do PMDB “Ponte para o futuro”, uma das ferramentas de legitimação do golpe em 2016 no Brasil, é um bom exemplo desse tipo de ideologia em ação. Suposta saúde fiscal do Estado, privatizações, reforma trabalhista e previdenciária. Ver: <https://www.fundacaoullysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>

⁴ Abordagens como as de Boito (2018), Alfredo Saad Filho & Lécio Morais (2019), compreendem os limites sistêmicos internos do desenvolvimento, mas dão pouca relevância ao caráter mundializado do sistema capitalista e as contradições intraclases que impedem um crescimento ou mesmo uma virada interna da burguesia nacional para uma orientação que busque o desenvolvimento interno para benefício da maioria da população.

⁵ Schneider (2015), Evans (2004) e Bresser-Pereira (2003) são bons exemplos de uma perspectiva institucionalista para o desenvolvimento para o Brasil e países periféricos em geral.

⁶ Ver nota 3.



burguesia que se oporia aos movimentos do capitalismo central com qualidades nacionalistas e anti-imperialistas.

Do ponto de vista desenvolvimentista ela deve ser pastoreada pelo Estado e, com uma maior sinergia com a burocracia estatal, colaborar com o crescimento e o desenvolvimento capitalista. Já, para vertentes progressistas, existem elementos burgueses que são partidários de um desenvolvimento doméstico e opostos a um alinhamento automático ao capital internacional e suas necessidades de expansão. Em suma, as abordagens têm a mesma falha, a desconsideração do que julgamos ser a principal contradição do sistema capitalista, o imperialismo.

Partimos da hipótese de que não se pode desconsiderar desse elemento quando se investiga a política interna dos Estados periféricos. Acreditamos que as burguesias periféricas possuem fortes laços com as burguesias centrais e não é possível compreender o seu papel e suas ações de modo adequado sem a contextualização de seu posicionamento no capitalismo mundial. Por tanto faremos uma abordagem histórica do capitalismo, através do método histórico e dialético, tanto do desenvolvimento das forças produtivas do Norte quanto do Sul globais.

Ao apoiarmo-nos sob a perspectiva do capitalismo mundializado, vislumbramos uma série de conexões entre diversas regiões do globo e uma notável interdependência entre Estados. Poucos países dominam o sistema capitalista (Norte Global ou Centro capitalista) e com isso têm forte influência sobre a sua reprodução em escala planetária subjugando a maior parte da população mundial que reside nos demais Estados (Sul Global ou Periferia capitalista). Estes aspectos tornam as premissas de desenvolvimento elencadas anteriormente questionáveis.

Samir Amin (2003) retira a opacidade desta divisão do mundo entre países do centro e da periferia. O imperialismo é comandado pelo o que o autor denomina de tríade (EUA, Europa ocidental e Japão). A tríade detém uma série de monopólios que garantem seu domínio político e econômico sobre outras nações do globo, são eles: o monopólio tecnológico; o controle mundial dos mercados financeiros; o acesso monopolístico aos recursos terrestres; o controle da mídia e comunicação; e o controle sobre armas de destruição em massa. Esses monopólios cunham parte significativa das relações Norte e Sul no capitalismo atual. Esse sistema é chamado de "capitalismo dos monopólios generalizados" (AMIN, 2018a, p. 27)

O capital financeiro não é mais restrito aos limites dos respectivos territórios nacionais e nem regido exclusivamente por normativas estatais,



mas é sujeito a uma série de regras estipuladas pelos países mais poderosos e por uma gama de instituições internacionais como veremos adiante. Essa volatilidade implica na livre circulação de capitais, que não pode ser acompanhada pela livre circulação do trabalho e da classe trabalhadora. Por consequência, países mais frágeis ficam sujeitos as movimentações financeiras comandadas pela tríade imperialista. A manutenção da vitalidade do sistema através de endividamento e bolhas especulativas, como no caso de 2008, é aceita pelos países do Sul – que virtualmente não têm escolha melhor – ao passo que o dólar se consolida cada vez mais como moeda universal (FOSTER, 2010).

Para uma questão de método, devemos estabelecer qual é o peso do Norte Global na reprodução do sistema capitalista nos países do Sul. Podemos fazer o seguinte paralelo no método histórico e dialético, na própria formação do capitalismo: para parafrasear Marx (1982) se "o concreto é uma síntese de múltiplas determinações" e em última instância, no capitalismo, o concreto trata-se da compreensão da hierarquia das relações econômicas no interior da moderna sociedade burguesa. Se a propriedade privada é o ponto de partida para alienação e o estranhamento do homem com relação ao trabalho, a dinâmica centro periferia do sistema capitalista dos "monopólios generalizados", é a lógica concreta para o cerceamento do processo produtivo da periferia em benefício do Centro.

Portanto, defendemos aqui que há uma força muito maior do Norte global como agente dinâmico⁷. O domínio do Centro sobre os processos mais avançados tecnologicamente permite a imposição do capital estrangeiro sobre os países periféricos, isso faz com que haja uma maior capacidade de reação destes últimos frente aos primeiros. Todavia isso não exclui a possibilidade de manobras por parte das burguesias locais, mas a primazia da imposição de como deve ser o modo de produção capitalista provém do Norte (BAMBIRRA, 2015).

Para um maior aprofundamento da análise em torno do capitalismo perante a realidade latino-americana utilizaremos a obra de Jaime Osorio (2012a; 2012b; 2019). Sua perspectiva da correlação dos movimentos do capitalismo central e suas consequências para a América Latina, bem como a

⁷ Como o próprio Marx (2013) menciona ao descrever o processo de troca, a partir de direitos iguais quem decide é a força. A relação é volitiva, mas do mesmo modo que o trabalhador não é livre, também não são os países do sul. A narrativa de que cada país depende apenas de seus próprios esforços para superar problemas sistêmicos é mais uma perspectiva que serve à manutenção do *status quo* capitalista.



internalização dos padrões do Norte Global no subcontinente, são adequadas para enquadrar e configurar as opções das burguesias do subcontinente e brasileiras. No que diz respeito ao Brasil, sua economia e sua burguesia, utilizaremos Bianchi (2010), Almeida (2009), Fernandes (2006), Prado Jr. (2014) e Santos (2021). Cada um desses autores nos fornece uma análise precisa das mudanças econômicas ocorridas no país de modo a traçarmos um retrato da burguesia.

Buscaremos mostrar que, durante o processo histórico aqui descrito, a diferença entre Norte e Sul toma contornos mais notáveis. É importante ressaltar que mesmo que estas regiões globais contenham características contrastantes, elas possuem diferentes graus de autonomia entre si. O mesmo vale para os níveis de presença e dominação de capital estrangeiro sob suas sociedades. Mas o ponto principal é o fato de essa divisão antagonica fazer parte de uma mesma totalidade. A totalidade do sistema capitalista monopolista, financeirizado e, sobretudo, mundializado (Amin, 2018b).

Em um momento de crise política dos Estados democráticos latino-americanos construídos ao final do século XX, julgamos que nossa investigação é pertinente e lança luz a elementos importantes para compreendermos as contradições e problemáticas sociais e econômicas da periferia e do subcontinente. Procuraremos demonstrar que as relações intraburguesas do Norte e do Sul Globais, mais particularmente da América Latina, fazem parte de uma totalidade sistêmica e não podem ser compreendidas de forma concreta se analisadas de forma isolada.

Formação do capitalismo como sistema mundial e suas consequências na periferia

Se antes mencionávamos contradições atuais do modo de produção capitalista, podemos ver que elas estão presentes desde períodos nos quais o capitalismo industrial era restrito à Europa. Marx (2013) menciona a divisão internacional do trabalho (DIT) ao falar que a indústria na Europa depende de insumos da força de trabalho colonial⁸. Lenin (2012) vai mostrar o estágio

⁸ "Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial" (MARX, 2013, p. 348)



superior desse processo, que tem como característica predominante a exportação de capitais graças ao crescimento do capital financeiro, o que faz com que poucos Estados financeiramente poderosos dominem todos os restantes dentro deste sistema. O imperialismo seria o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente poderosos em relação a todos os restantes.

O capitalismo e o conseqüente imperialismo vão estar alicerçados em dois aspectos. Primeiro, o caráter monopolista, quer dizer que há uma crescente concentração de capital na mão de poucos burgueses que passam a controlar a produção e a concorrência. O mesmo vale para os bancos, há de fato uma aproximação do capital produtivo e bancário, uma aliança entre grandes banqueiros e grandes capitalistas possibilitando uma maior concentração de capital através do capital financeiro.⁹ Em outras palavras, a livre concorrência, base ideológica da expansão capitalista, deixa de existir. “O capital financeiro criou a época dos monopólios. E os monopólios trazem sempre consigo os princípios monopolistas: a utilização das ‘relações’ para transações proveitosas substitui a concorrência no mercado aberto.” (LÊNIN, 2012, p. 96). Segundo, a exportação de capital aparece como fator fundamental para a manutenção da taxa de lucro frente às tendências declinantes dos mercados do Centro industrializado; de modo mais importante, a exportação de capital representa, de acordo com Higginbottom (2011, apud SMITH 2016), que deve haver uma nova relação capital-trabalho entre o capital do Norte e o trabalho do Sul.

É pertinente, aqui, contextualizarmos o que entendemos por burguesia. No que diz respeito à América Latina, compreendemos que a burguesia tem sua gênese intrínseca ao Centro capitalista, pois ela só passa a existir como tal a partir da expansão do capitalismo do Norte Global para os países do Sul. Caio Prado Júnior ilustra bem esta situação original de nosso subcontinente:

Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações

⁹ Essa união possibilita a exclusão de capitalistas menores do jogo monopolista. A manipulação do mercado monetário também auxilia na concentração e força do capital financeiro.



econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo (PRADO JUNIOR, 2014, p. 68).

As classes dominantes agrárias e exploradoras de minérios, que retiravam seu quinhão de trabalho escravo ou semiescravo, dão origem a burguesia. Com a crescente urbanização interna, os negócios do campo expandem-se à cidade e, principalmente no caso brasileiro, este senhor de terras passa a incorporar um personagem político e social análogo ao burguês do Centro capitalista. Florestan Fernandes (2006), por exemplo, demonstra a transformação do cafeicultor do oeste paulista em “homem de negócios” (p. 144). Este é o período em que a DIT para o subcontinente consistia na exportação de produtos primários em troca de bens industrializados como retratado por Osório (2012b). Essa relação com o centro duraria até a crise de 1929 quando a burguesia busca um caminho de maior autonomia com o início da industrialização por substituição de importação. Os principais países a seguir esse caminho são Argentina, Brasil e México. Todavia, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que traz ao globo os Estados Unidos (EUA) como *hegemon* principal, as necessidades de expansão do capitalismo dominado por grandes monopólios nos EUA se tornam patentes, como trataremos a seguir.

O avanço do sistema capitalista pela América Latina e Brasil no pós-Segunda Guerra

Com a progressão do modo de produção capitalista em sua forma monopolista as análises de Baran e Sweezy (1966) e Harry Magdoff (1972) trazem aspectos importantes que perduram no capitalismo até a atualidade, isto é: a sua capacidade de manutenção perante crises e a hegemonia ímpar alcançada pelos EUA ao fim da Segunda Guerra Mundial perante os outros países do Norte Global. A lógica trazida por Lenin, da disputa inter-imperialista por mercados e, fundamentalmente, recursos naturais está presente em Magdoff. A expansão do capital estadunidense, consiste no investimento de capital excedente em países periféricos. Veremos adiante que à medida que o capitalismo monopolista avança no Norte Global, passa a exportar a indústria obsoleta aos países do Sul, isso não apenas serve para domínio da produção local, mas para assegurar os recursos naturais desses países.



Consoante, André Grunder Frank (1971) afirma que os auxílios que a periferia, mais especificamente, a América Latina, recebe do Centro capitalista são um elemento fundamental para a acumulação capitalista do Norte Global. Quer dizer, além de ser uma medida para assegurar relações comerciais, o auxílio faz com que o país que recebe os investimentos acabe por pagar por bens de capital obsoletos e de baixa produtividade. Nesse sentido, os bancos dos países do Norte Global servem como agências das promoções comerciais entre si mesmos e os Estados latino-americanos. Isso se apresenta desde o início do século XX, todavia, os EUA tomaram o lugar dos países europeus após a Segunda Guerra Mundial e asseguraram para si os recursos naturais e a força de trabalho local a ser explorada.

Se no início dos anos 1950 os EUA tinham 49 filiais bancárias na América Latina e 15 na Europa, em 1967 este número saltou para 134 para os latino-americanos e para 59 filiais para os europeus. Apesar de aumento significativo nas duas regiões, a proporção absoluta é maior na América Latina. Não se trata apenas de uma maior ocupação do espaço financeiro, mas sim da força de instituições financeiras como o FMI, Banco Mundial e o GATT, do padrão dólar ouro criados a partir do acordo de Bretton Woods em 1944. Esse arranjo cristaliza o poder financeiro dos EUA e sua hegemonia sobre os demais países ao transformar o dólar em moeda de reserva internacional a partir da sua paridade com o ouro. (MAGDOFF, 1972)

Com seu poder edificado nos seus próprios bancos e nas instituições financeiras internacionais, as nações do Norte podem superar ou arrefecer suas dificuldades na balança de pagamentos. "E isto não se passa assim por conluio ou conspiração; é o resultado do comportamento normal de defesa do capital" (Magdoff, 1972, p 116). Isto é, mesmo que o Banco Central do Brasil (BACEN), por exemplo, emita sua própria moeda para rolar sua dívida ficará ele limitado, uma vez que sua moeda não tem valor significativo além de suas próprias fronteiras. O mesmo não pode ser dito com relação ao dólar, euro ou a libra esterlina. As moedas dos países do Norte Global têm muito de seu valor internacional baseado na possibilidade de bens e lucros futuros que podem proporcionar, sendo o principal meio de reserva para países periféricos que passam a expor seu sistema financeiro à mercê dos países centrais. (MAGDOFF, 1972)

Gunder Frank entende que a estruturação de classes em países latino-americanos, como Brasil, Argentina, Chile, etc., ocorreu inserida dentro de um contexto interno e externo de relações coloniais feitas a partir da metrópole. Neste sentido, as alterações dentro do contexto capitalista



contemporâneo são alterações que ocorrem de dentro de uma lógica derivada do domínio colonial metropolitano. Dessa maneira, podemos compreender historicamente a consolidação da burguesia nacional e seu caráter – bem descrito como lumpén – que se dá principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial. O processo de substituições de importação (PSI), iniciado a partir da crise de 1929, teria o potencial de superar a situação dependente. Todavia ocorre o contrário: a modernização industrial não significou maior independência à periferia. (GUNDER FRANK, 1971)

Uma vez que as tentativas de superação da dependência estão atreladas ao capitalismo mundializado, e que o próprio Estado burguês nacional é consequência desse sistema, é pouco provável que um estado originário desse arranjo — seja mantendo seu *modus operandi*, seja fazendo uma série de arremedos para diferentes “gargalos” — supere as contradições que o originam. Para o autor, em última instância, o PSI resulta em uma maior dependência por insumos sofisticados enquanto o que era produzido era exportado e vendido para as elites locais. Ademais a tecnologia advinda do Norte Global, apesar de modernizar as forças produtivas do Sul, já era obsoleta no seu local de origem.

Neste contexto há um pacto entre as duas frações burguesas nacionais, especialmente no Brasil, a exportadora e a industrial. Este pacto se manteve até o fim da segunda guerra, quando as condições do plano internacional como a guerra fria e a crescente influência estadunidense fizeram com que este arranjo intraburguês entrasse em ocaso. Assim, entra em cena mais uma vez, uma maior cooperação com o Centro capitalista. Junto a isso, passa a ocorrer um processo de envididamento e financeirização do continente latino-americano que passa a se aprofundar na segunda metade do século XX. O reinvestimento de lucros no subcontinente foi da ordem de 10% entre 1955 e 1959, já em 1966 encontrava-se em 4,3%. Ao mesmo tempo a saída de capital financeiro do continente aumentou de 18,4% de 1955-59 para chegar a 36,1% em 1965-1966. No caso do Brasil, o pagamento de serviços financeiros é ainda maior. Em 1966 enquanto a média da América Latina é de 42% para o Brasil é cerca de 50%. (GUNDER FRANK, 1971)

A partir deste momento histórico é possível ver com mais clareza que a formação da burguesia industrial latino-americana e brasileira não é um processo que trata apenas de variáveis políticas internas. Ainda que dependa de arranjos políticos nacionais, a industrialização dependente tem forte influência do Norte Global. Não à toa, uma das consequências é um grande



endividamento atrelado ao capital financeiro internacional. Os países do Sul Global tornam-se prisioneiros da própria dívida. Essa industrialização não é danosa ao centro, afinal ela não é muito distante da mesma lógica de dominação que reina desde o tempo colonial. Frank deixa isso claro no caso brasileiro, as empresas estrangeiras dependeram das disponibilidades locais e de bancos. Nestes casos, as empresas construíram sua estrutura com recursos da economia doméstica do país. Os equipamentos eram adquiridos pelas fábricas “a um preço de conveniência um pouco maior do que seu valor como ferro velho (*scrap*)” (LEFF, apud GUNDER FRANK 1971, p. 90).

Os “investimentos” na verdade são um adiantamento de Capital gerado na própria periferia. Estas inversões nada mais são que o cumprimento de uma demanda intrínseca ao capital monopolista. A fim de manter seu nível de lucros, as empresas transnacionais têm de empregar seu maquinário obsoleto para suas filias em países subdesenvolvidos. Nestes países o emprego desta tecnologia é visto como progresso tecnológico, nesse sentido, esse maquinário obsoleto no Centro é uma melhora qualitativa ao processo produtivo dos países do Sul, aumentando a, já elevada, taxa de exploração da região. A importação de bens de capital troca a dependência de aspecto colonial, em que o país exportava produtos primários para importar industrializados, para uma dependência de insumos industriais e maquinário. Consequentemente, os países passam também a se endividar para obter esta tecnologia obsoleta, o que em última instância faz com que os Estados percam parte de sua autonomia no controle financeiro da economia nacional e também o controle de seus objetivos industriais e de desenvolvimento próprio.

De acordo com Frank existe um acordo tácito entre as classes dirigentes do Norte e do Sul Global favorecendo o financiamento e o comércio de bens e serviços consequentes da “interação neodependente no desenvolvimento neoimperialista” (GUNDER FRANK, 1971, p. 95). A indústria de bens duráveis não tem forte base de consumo, apenas nas camadas mais ricas, consequentemente a industrialização direciona-se a esse mister e não para uma melhora qualitativa das forças produtivas. O comércio e produção de produtos caros fica cada vez mais dependente de financiamento, incluindo crédito no exterior. A indústria e o consumo ficam cada vez mais dependentes de endividamento e do capital financeiro. Esses investimentos estrangeiros na verdade servem para atender os anseios da classe burguesa local que não tem interesse de entrar numa espiral descendente com problemas de consumo e produção num mercado muito restrito. Ou seja,



não se investe de modo a permitir a reprodução do capital por meios nacionais e autossuficientes, apenas para manter um processo de acumulação no curto prazo.

As reais motivações da burguesia nacional em cooperação com investimentos estrangeiros parecem estar vinculadas à reprodução capitalista de curto prazo visando a manutenção do *status quo*. Essa simbiose entre capital estrangeiro e burguesia no Brasil se cristalizam a partir do golpe militar que, como veremos adiante, adota uma divisão entre burguesia internacional, burguesia nacional e Estado. Todavia, de acordo com Gunder Frank (1971) 96% dos investimentos estadunidenses no continente são realizados sob poupanças da própria América Latina. Neste sentido, a aliança entre Estado e burguesia apenas teve um caráter de aprofundamento da dependência, trazendo maior submissão tecnológica e uma divisão social do trabalho marcada por uma profunda desigualdade de renda.

À primeira vista a transferência industrial dos países do Norte pode parecer uma benesse, mas a realidade é que à medida que o Centro passa a deter o controle de novas tecnologias, ele pode decidir em que condições a periferia vem a utilizá-las. Além disso, existem outras vantagens materiais desta transferência, a partir da Segunda Guerra Mundial até o fim dos anos 1970. A tecnologia advinda destas empresas transacionais (ETNs) são de alto custo, estando fora do alcance da burguesia nacional; a utilização em países como o Brasil, por exemplo, permite uma baixa dos preços locais devido a uma maior produtividade e das economias de escala; por fim, assim que instaladas em territórios nacionais, os produtos dessas novas indústrias eram protegidos da concorrência pelas legislações protecionistas do período em questão, quer dizer, a legislação que visava proteger a indústria nacional, consolida a ETN como centro tecnológico na periferia. (BAMBIRRA, 2015).

O caso brasileiro é paradigmático, de acordo com Santos (2021), no final da década de 1950 ao compreender que não atingiria seus objetivos de desenvolvimento sem o capital estrangeiro, a burguesia adota uma posição conciliatória para com os investimentos internacionais, a ideologia que expressa melhor esses interesses é o desenvolvimentismo¹⁰. A burguesia nacional – que naquele período já consistia majoritariamente de uma fração

¹⁰ É nesse período que entra em esgotamento a política nacionalista que gerou uma batalha entre frações contra e a favor do capital internacional a partir dos anos 1930 que Osorio (2012b) caracteriza como “etapa internalizada autônoma” (p. 74) da industrialização da América Latina.



industrial oriunda do PSI e do desenvolvimentismo – passa a ser sócia menor dos investimentos estrangeiros no Brasil. Como consequência há a exclusão de setores operários e populares, que não somente apoia golpe de 1964, como também o articula. Depois de um ajuste econômico de caráter contracionista de 1964 a 1967, a burguesia passa a cristalizar uma posição de produtora intermediária na industrialização brasileira, sem ultrapassar os limites do capital internacional. (SANTOS, 2021)

A descrição de Peter Evans (1982) retrata o arranjo político oriundo da industrialização dependente no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985), dando à burguesia papel considerável. Ainda que discordemos de suas conclusões sobre os reais problemas do desenvolvimento brasileiro, sua descrição da correlação de forças internas é muito proveitosa. A ditadura procurou realizar um arranjo tecnocrático para a industrialização e acumulação capitalista nacional. Isso foi bem recebido pela burguesia que entraria no arranjo produtivo realizado entre as ETNs, empresas estatais e a empresa privada nacional. Às transnacionais caberia a responsabilidade sobre setores de maior tecnologia, as estatais eram responsáveis pela indústria de base e a infraestrutura produtiva, ao passo que à empresa nacional ficava concentrada principalmente com a indústria intermediária. Este sistema perdura numa articulação entre a tecnocracia estatal, as frações da burguesia industrial brasileira e as transnacionais até o final dos anos 1970 em que se apresenta um cenário recessivo no capitalismo mundial.

A grande crise no Norte Global e a pauperização obrigatória do Sul

A partir da metade dos anos 1960, o sistema capitalista nos moldes dos acordos de Bretton Woods passou a apresentar sinais de crise. O país fiador dos acordos, os Estados Unidos, vinha apresentando déficits em sua economia. Some-se a isso uma Europa repleta de dólares após décadas de auxílios de reconstrução estadunidenses, aumentando a especulação cambial e colocando em risco a garantia do padrão dólar-ouro. Após apresentar grandes taxas de crescimento, o sistema capitalista sofreu uma diminuição das taxas de lucro. Baran e Sweezy (1966) apontaram para uma tendência para as economias centrais do capitalismo de não mais obter os mesmos índices de expansão. Aspectos materiais, que deram vigor à economia, como a reconstrução da Europa e mesmo a hegemonia incontestada dos EUA entre os países capitalistas, apresentavam sinais de esgotamento.



A paridade cambial estava dando lugar à especulação sobre o dólar, sintoma da baixa de lucros e início do processo de financeirização. Os Estados Unidos, então, decidiram terminar com a convertibilidade ouro-dólar em 1971. Houve posterior tentativa de desvalorizar o dólar e manter a paridade até 1973, sem sucesso. Ademais, com a crescente desvalorização da moeda norte-americana e as crises geopolíticas no Oriente Médio, os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) aumentaram subitamente o preço do barril desta *commoditie* em 1973 dando origem à chamada primeira crise do petróleo. No centro capitalista, Europa e EUA, estabeleceu-se que era mais custoso manter a paridade, e, portanto, o valor das moedas seria decidido pelo mercado financeiro. O fim das taxas de câmbio fixas marca o fim de Bretton Woods, dando lugar a um período de incerteza sobre o controle econômico e político dos Estados Unidos no mundo capitalista (SARGENT, 2013).

Com a crise de lucratividade do sistema capitalista, a inflação crescente e a crise hegemônica dos EUA fazem com que seja questionada a capacidade do dólar de funcionar como moeda de reserva no sistema internacional. De 1973 até 1978, com o fim do padrão dólar-ouro, a moeda norte-americana passou a ter sua aceitação questionada - principalmente na Europa ocidental, que nesse período optou por reservas monetárias em marcos da Alemanha Ocidental e em francos suíços (STRANGE, 2015) - devido sua grande abundância no mercado e a especulação desenfreada no pós-Bretton Woods. No último ano do governo Jimmy Carter (1977-1981), Paul Volcker passa a adotar medidas restritivas e retira dólares do mercado. A manobra de Volcker¹¹, faz com que haja uma “seca” de capitais sistêmica, causando uma recessão internacional (ARRIGHI, 2010). Entretanto, os EUA aumentam os juros a seus devedores, na buscando manter a sua competitividade. Os países devedores se veem obrigados a adotar as medidas de ajuste estrutural, impostas pelos próprios norte-americanos para poder participar do comércio internacional.

Descrita por Tavares (1997), essa é a grande manobra que faz com que os EUA retomem sua hegemonia. Há um *reflow* de dólares para o mercado norte-americano que passa a controlar sua emissão. Através disso, virtualmente o Federal Reserve (FED) passa a fazer com que as suas medidas sejam a regra da economia global. Além disso, a manobra abrupta realizada

¹¹ Paul Volcker foi o presidente do *Federal Reserve* de 1979 até 1987 durante os governos de Jimmy Carter (1977-1981) e Ronald Reagan (1981-1989).



por Volcker fomenta o que conhecemos por neoliberalismo e por “There is no alternative” (TINA)¹². O FED tomou as rédeas dos bancos americanos e dos principais bancos globais ao manter uma política monetária rigorosa, forçando um dólar sobrevalorizado. Devido à recessão feita pelas próprias medidas de Volcker, os bancos privados buscaram apoio nos grandes centros financeiros, como Wall Street. Assim, a economia financeira privada se volta para os Estados Unidos, ficando à mercê de sua política monetária. Maria Conceição Tavares deixa claro o que ocorreu: “A partir do início dos anos 80, todos os grandes bancos internacionais estão em Nova Iorque, não apenas sob a *umbrella* do FED, mas também financiando obrigatoriamente — porque não há outra alternativa — o déficit fiscal americano” (TAVARES, 1997, p. 34).

Em síntese, a economia dos EUA, nos anos 1980, passa a conviver com um déficit gigantesco que funciona como instrumento de captação da liquidez internacional. Com a grande superioridade dos Estados Unidos em termos econômicos, geopolíticos e pela consolidação do dólar, esse mecanismo continua sendo bastante rentável para os investimentos privados provenientes de outras economias centrais, não mais restritas pelo acordo de Bretton Woods (TAVARES, 1997). Esse padrão se fortalecerá ainda mais ao longo dos anos 1990 com fortes consequências na periferia do sistema.

Consequências da crise para a periferia latino-americana e a opção burguesa pela financeirização

Os países periféricos passaram a adotar os receituários neoliberais a partir dos anos 1970, mas principalmente nos anos 1980 e 1990. As burguesias do Norte e suas sócias minoritárias do Sul, buscando manter a lucratividade, acabam com os entraves dos Estados para fazer uma nova rodada de acumulação através do endividamento e da financeirização. Não mais através de uma importação de industrialização, mas da retirada de direitos das classes trabalhadoras e da venda de ativos estatais.

Como consequência há uma reforma no Estado dos países periféricos, particularmente nos latino-americanos. O início da ofensiva neoliberal coincide com o período de redemocratização na América Latina, em que

¹² Frase de Margareth Thatcher ao justificar as medidas neoliberais que o seu governo, do Partido Conservador, realizava no Reino Unido. Apesar de remeter ao pensamento liberal do séc. XIX o TINA tornou-se o slogan neoliberal nos anos 1980 e 1990.



houve a possibilidade de uma implantação do neoliberalismo na constituição desses países através de consultas eleitorais e constituintes. Sob influência do capital internacional, os mesmos setores que burgueses que apoiaram a democratização da região aproveitam o momento política para a fabricação do consenso neoliberal¹³. (OSORIO, 2019)

Osorio (2012b) nos ajuda para compreender os pormenores dessa transição econômica que o capitalismo sofre na América Latina a partir dos anos 1970. Os países do subcontinente abandonam gradativamente o padrão de produção que o autor caracteriza de “integração ao capital estrangeiro” (p. 74) para a o “padrão exportador de especialização produtiva” (p. 74). Essa modificação consiste na desindustrialização de parte da capacidade instalada, em que predominam as burguesias que controlam indústrias como agrícola, alimentícia e energética. A maioria dos países latino-americanos, a partir da década de 1990, passam a aumentar de forma significativa a o valor das exportações sobre o PIB e, ao mesmo tempo tem um aumento muito grande em Investimentos Externos Diretos (IEDs) e venda de suas empresas estatais (OSORIO, 2012a).

Isso quer dizer que os Estados e suas classes dominantes têm sua produção capitalista modificada. A industrialização endógena, dependente de tecnologia do Centro, dá lugar a uma economia baseada em exportação de indústrias, geralmente de menor complexidade. As frações burguesas que passam a predominar são as responsáveis pelas manufaturas baseadas em recursos naturais¹⁴. Estas empresas são integradas ao capital estrangeiro senão por submissão direta, ao menos subsumidas em cadeias produtivas, que com uma presença menor do Estado na economia passam a dominar o mercado sem maiores percalços (OSORIO, 2012a).

A hierarquia monetária do pós-Bretton Woods faz com que a autonomia estatal, principalmente no quesito econômico e monetário, fique limitada a uma série de medidas para obter *hard currency* (dólares) necessária para a importação. Não há grandes oportunidades além de um *bandwagon* das burguesias do sul atrelando seus ganhos ao dólar, para

¹³ Um exemplo marcante é o editorial do Estado de São Paulo do dia 26/04/88 intitulado “A decisão Moçambique ou Japão” em que o jornal critica uma visão de “nacionalismo exaltado” ao estabelecer o funcionamento de empresas estatais sem abertura ao capital estrangeiro. Ver: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880426-34712-nac-0003-999-3-not>

¹⁴ Agronegócio, mineração, alimentos são as indústrias que detém esta caracterização.



garantir a reprodução do capitalismo periférico. No entanto, é necessário compreender a natureza do capitalismo neoliberal. De acordo com Foster (2006) a crise descrita por Baran e Sweezy piorou, ademais novos sintomas começaram a surgir. O sistema capitalista teria encontrado novas maneiras de se reproduzir. A reestruturação neoliberal, aprofundada nos anos 2000, apenas piora a situação dos países periféricos acabando com os parques diretos e garantias asseguradas às suas massas trabalhadoras e população no geral. Entre os principais responsáveis por essa reestruturação estão o FMI, Banco Mundial, a OMC e as ETNs e governos dos países do Norte Global, em especial os EUA¹⁵.

O ganho material da reestruturação do sistema capitalista no sentido do neoliberalismo, recai ainda mais sobre a superexploração do trabalho. Marini (2005) remonta a superexploração como marca da troca desigual já no século XIX com a escravidão e mais tarde na industrialização periférica. Como na periferia os valores de troca produzidos são direcionados ao mercado internacional, os trabalhadores do Sul trabalham por muito menos que seus análogos do norte para produzir bens do mesmo valor, gerando já neste período grandes ganhos ao Norte Global. John Smith (2020) situa este conceito para a atualidade. Para o autor o sistema neoliberal se utiliza de cadeias de valor controladas por ETNs para transferir setores mais demandantes de trabalho vivo à países em que os trabalhadores tem piores condições de vida e de consumo. Consequentemente há um salário muito menor, e uma extração de mais-valor muito maior quando comparado com a indústria do Centro capitalista, sendo esse aspecto fundamental para compreensão do imperialismo contemporâneo. Para Smith "isso adquiriu uma enorme importância durante a era neoliberal, tornando-se a força motriz de uma maior transformação, o meio mais importante de aumentar a taxa de mais-valor e contrapor a tendência de queda da taxa de lucro" (2020, p. 68)

Segundo Amin, o capitalismo contemporâneo não mais tem como sua personificação o burguês propriamente dito, mas a sua manifestação concentra-se naqueles que tem o controle do dinheiro. "Ao disseminar a ilusão de que 'dinheiro dá cria', sem passar pela produção, a financeirização exprime, em último grau o caráter abstrato do capitalismo contemporâneo."

¹⁵ As instituições nascidas do acordo de Bretton Woods legitimam o poder hegemônico dos EUA e, consequentemente, dão as condições para o avanço dos interesses das suas empresas a nível internacional.



(AMIN, 2018a, p. 36). No “capitalismo abstrato”, seja no centro seja na periferia, a dominação política é manifestada por uma classe política a serviço do capitalismo dos monopólios generalizados, junto com ela há uma dominação ideológica a partir dos grandes grupos midiáticos. A imposição de uma perspectiva social individualista de que simples ações bastam para mudar o mundo e a própria qualidade de vida, em momento algum questionando o *status quo* da classe trabalhadora ou vislumbrando a tomada de poder pela mesma, é uma característica marcante deste modelo. Tem-se, assim, uma conformidade frente o poder do capital contemporâneo.

No que diz respeito ao Brasil o processo de financeirização econômica, que ocorre no centro capitalista, se desenrola de modo paulatino. À medida que a dependência tecnológica se aprofunda junto com a necessidade de sofisticação industrial do processo de substituição de importações há um aumento do endividamento externo nacional, financiando a importação de tecnologia. O pagamento de serviços da dívida passa a ser maior do que os “auxílios” econômicos oriundos do Norte Global. Neste cenário a especulação financeira torna-se predominante a partir da crise dos anos 1970.

O crescente endividamento nacional, modelo pelo qual o país passou a se industrializar desde os anos 1950 e, principalmente, através do regime militar pagou seu preço com as crises no centro capitalista. O II Plano Nacional de Desenvolvimento foi a tentativa da ditadura brasileira de manter o crescimento e diminuir, em certa medida, a vulnerabilidade nacional frente o capital estrangeiro. O Plano utilizou de medidas tais quais investimentos visando produção de bens de capital, autossuficiência energética e até mesmo distribuição de renda, todavia, não foi o suficiente para conter a crise¹⁶. A manutenção da recessão econômica foi suficiente para continuar fortalecendo a retórica neoliberal. Há uma aglutinação social em prol da abertura, que para burguesia significava também a possibilidade de políticas de ajuste e saída do Estado da economia (POCHMANN, 2016). Ou seja, essa

¹⁶ Carneiro (2002), esmiúça o II PND definindo três interpretações dominantes no que concerne a sua eficácia: uma visão ortodoxa que afirma que o Plano constituiu numa espécie de fuga a um ajuste ortodoxo necessário; outra visão que afirma que o Plano teve méritos e fez um ajuste estrutural na economia nacional; a última visão de que o ajuste estrutural falhou. Destacamos aqui o ponto de vista Castro e Souza (2004) que afirmam que o II PND foi responsável por uma formação bruta de capital fixo que teve como consequência uma retomada do crescimento econômico no início da segunda metade dos anos 1980.



conjuntura de desregulamentação do sistema modifica a maneira com que o capitalismo aparece nas sociedades sejam do Norte ou do Sul globais. Os setores da produção mais dependentes de trabalho vivo são enviados para países com salário mais baixo, principalmente na China e no leste asiático. As ETNs que capitaneiam este processo passam a adiantar este lucro no mercado financeiro, que contribui para a crescente hipertrofia das finanças que se apresenta do fim dos anos 1970 em diante. (SMITH, 2016)

A medida em que o setor estatal brasileiro cresceu, ele passou a ser visto pela burguesia industrial como concorrente. Não se trata de um movimento pelo fortalecimento da indústria nacional, mas sim “uma campanha em prol da ideia de empresa privada no geral” (EVANS, 1982, p. 230). Nas palavras de Evans (op.cit) “a hegemonia ideológica da empresa privada” movia os interesses da burguesia brasileira e nesse sentido o Estado aparece como mais um concorrente que atrapalhava o crescimento de suas empresas. A campanha por desestatização da economia coincide com a luta pela democratização e, nesse sentido, podemos inferir consequências claras. Com o vácuo político e econômico deixado pelo Estado floresce uma maior articulação dos bancos e empresas estrangeiras com a burguesia. Com o enfraquecimento da indústria de base nacional há uma maior dependência do capital estrangeiro para insumos e uma maior dependência do dólar. Há uma maior associação entre as burguesias do Norte e do Sul e por conseguinte, uma menor autonomia desta última.

De acordo com Álvaro Bianchi, durante a crise dos anos 1980 há uma disputa entre as frações da burguesia industrial brasileira. Parte dos industriais temiam perder mercado e não poder competir em pé de igualdade perante a entrada de empresas estrangeiras. Além disso, a indústria já vinha em crise desde o choque do petróleo. A arena de disputa consistia entre os industriais que buscavam um crescimento de seus negócios e uma abertura gradual do mercado nacional contra aqueles que eram partidários de uma abertura abrupta e da diminuição da presença do Estado na economia. Em meio a alta inflacionária e em um cenário de recessão, a ideologia do livre mercado, materializada pelo neoliberalismo, passa virar projeto político de alguns setores industriais, em maior medida daqueles controlados por ETNs. As tentativas de estabilização econômica no período da democratização, como o Plano Cruzado, falharam em conter a inflação e gerar crescimento. Isso fez com que os setores mais simpáticos a certo nível de desenvolvimentismo perdessem força na disputa. Devemos



ressaltar que ambas frações foram defensoras de um ajuste fiscal e privatizações das empresas estatais (Bianchi, 2010).

A adesão ao ideário neoliberal por parte da burguesia brasileira se afirma nos anos 1990, começando no governo de Fernando Collor (1990-1992) e se tornando perene a partir do plano Real. A estabilização monetária realizada através de ancora cambial com o dólar, depois de décadas de inflação, ajuda a construir o consenso na sociedade brasileira das “benesses” da responsabilidade fiscal. Do mesmo modo durante a década de 1990 são realizadas emendas constitucionais como a Lei de Responsabilidade Fiscal que cristalizam a lógica neoliberal no Estado brasileiro (MURATT, 2015).

Parripassu a implantação do neoliberalismo no país, o já mencionado processo de desindustrialização que houve na América Latina perdura no Brasil. Para Wilson Cano (2012) O Plano Real que traz consigo câmbio sobrevalorizado e alta taxa de juros por meio do tripé macro econômico, faz com que a indústria perca competitividade internacional e a capacidade de adquirir insumos do exterior. Além disso o crescimento da indústria chinesa com seus produtos invadindo tanto o mercado interno e mercados de exportações brasileiras desde os anos 1990 dificultou ainda mais o cenário da indústria.

Mesmo os governos do PT nos anos 2000 não deixaram de limitar-se aos ditames do neoliberalismo¹⁷. Aproveitando a alta internacional de commodities graças a maior demanda do mercado chinês foi possível realizar uma flexibilização das políticas neoliberais, principalmente a partir da segunda metade da mesma década. A partir disso houve ganhos reais ao Estado brasileiro, abrindo a possibilidade do governo fazer uma série de políticas sociais às classes mais baixas da população, como aumento do salário mínimo e algumas políticas anticíclicas a partir da crise de 2008, com o que ficou conhecido como neodesenvolvimentismo¹⁸.

O crescimento do PIB nacional, no neodesenvolvimentismo, teve uma maior presença do Estado na economia do que fora nos anos 1990. O governo, através do BNDES, passou a financiar fusões e aquisições de indústrias brasileiras buscando criar o que Almeida (2009) descreve como

¹⁷ Não está no escopo deste artigo avaliar o grau de sujeição ao neoliberalismo dos governos petistas. No entanto, devemos considerar que o tripé macroeconômico, existente desde o início do Plano Real, foi mantido com diferentes graus de flexibilização e arrocho.

¹⁸ Entenda-se por neodesenvolvimentismo a definição de Boito (2012, p. 6) “desenvolvimentismo na época do capitalismo neoliberal”.



“campeãs nacionais” com a finalidade de competir internacionalmente. No entanto, a mudança do padrão de acumulação descrita anteriormente, fez com que a especialização das campeãs nacionais fosse realizada em setores em que já havia uma facilidade de exportação. No caso Brasileiro, a partir do processo de desindustrialização, esses setores eram de agropecuária, alimentos, mineração e construção. A diminuição da participação da indústria no PIB e a reprimarização da pauta exportadora foram responsáveis por uma reorganização das frações burguesas em que hoje dominam o agronegócio e o rentismo. Todavia, essa política apresentou seus frágeis limites em 2013 (OSÓRIO, 2019). O resultado desta grande crise política e econômica, no Brasil, foi conhecido em 2016 com um golpe civil-parlamentar com beneplácito da mídia e dos mesmos setores industriais e setores exportadores, como agronegócio e mineração que foram beneficiados pelos governos petistas.

A partir de então os governos seguintes não tardaram em implantar das ideias de livre-mercado de forma severa, uma política externa de sujeição às demandas da tríade imperialista, sufocamento dos movimentos populares e políticas de assistência para as classes mais baixas. No entanto, as lideranças políticas, que hoje estão na oposição, parecem ter uma visão idealizada das classes dominantes. Pois buscam apoio nas mesmas para fazer uma política progressista na periferia global como demonstram as falas do ex-presidente Lula.¹⁹

Conclusão

Ao longo da história do capitalismo periférico, dentro do contexto capitalista mundializado comandado pela tríade imperialista, foi possível observar ensaios de desenvolvimento que não diminuiram a diferença entre o Norte e Sul Globais. Na verdade, houve um paulatino aumento nas discrepâncias entre centro e periferia, maior endividamento e dominação tecnológica, bem como aumento da superexploração do trabalho em anos recentes (SMITH, 2016). As últimas tentativas de questionamento da ordem

¹⁹ UOL. Lula diz que empresários deveriam rezar para que ele volte a ser presidente. Ver: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/17/lula-al-jazeera-empresarios-reza-rezando-bolsonaro-genocida-promessa.htm>



neoliberal dentro do capitalismo periférico latino-americano foram frustradas, com honrosas exceções²⁰.

A onda de governos de esquerda e centro esquerda na América Latina trouxe importantes vitórias as classes trabalhadoras do continente e inspirou mudanças sistêmicas no globo. Todavia, ao percebermos este processo em perspectiva histórica, tratou-se de um fenômeno efêmero e prontamente destruído com auxílio das classes dominantes locais para a preservação do sistema capitalista, repetindo como farsa o que ocorreu entre anos 1960 e 1970 na região. Nesse sentido esperamos que este trabalho possa ter contribuído para a necessidade de uma análise da burguesia periférica e latino-americana dentro da totalidade do sistema capitalista. Buscamos atentar ao fato de que as relações com o Norte e o imperialismo são elementos fundamentais para uma análise concreta da realidade política e social da periferia e da América Latina.

Percebe-se que muitas das classes políticas latino-americanas e periféricas incorrem no pensamento ingênuo que desconsidera a dinâmica sistema do capitalismo mundializado. As burguesias periféricas se formam ao longo da maior parte de sua história em conjunto com os seus análogos Centro. Esperar que uma concertação política local que conte com a cooperação das classes dominantes periféricas e destrua o próprio arranjo que lhe dá poder nos parece um forte equívoco, no entanto setores progressistas parecem ignorar este fato.

Procuramos aqui, traçar um histórico do capitalismo da América Latina e sua relação com o Centro para compreendermos a integração do Brasil e da sua burguesia neste sistema. Ressaltamos que esta burguesia que nasceu com a expansão do capitalista advinda da Europa obteve diferentes graus de autonomia até hoje. Buscamos trazer o debate para o âmbito histórico e concreto, para não incorreremos em erros na análise da burguesia. Aqueles que acreditam que o empresariado brasileiro foi socializado nas “práticas e nos valores democráticos” (PEREIRA E DINIZ, 2009, p. 84) ou que a burguesia está restrita a um espaço de disputa circunscrito no Estado (Boito, 2018; Saad, 2019) desconsideram o processo histórico de formação do capitalismo no país e no subcontinente latino-americano em sua totalidade.

²⁰ De acordo com Jaime Osorio essas exceções seriam Venezuela e Bolívia, apesar de estarem em crise. (OSORIO, 2019).



O que tentamos demonstrar dentro dos limites deste trabalho é que a burguesia periférica e suas frações disputam os projetos políticos do Estado, levando em consideração uma maior ou menor integração com o Centro capitalista, mas nunca uma dissociação. Pois uma vez dissociadas não poderiam reproduzir as relações sociais e de produção que mantém o *status quo*, seja interno e internacional, sendo necessários a manutenção de baixos salários, desigualdade de renda e repressão social. Por isso devemos levar em conta que a configuração do capitalismo contemporâneo faz com que as burguesias do Sul Global não tenham escolha além de optar pela exploração de seus trabalhadores para além dos limites, quer dizer, retirar além do que é apropriado pelo Centro. Já no Norte, os frutos da exploração do Sul Global são utilizados pela burguesia para a reprodução do sistema capitalista de modo a satisfazer suas burguesias. Ademais, os recursos extraídos do Sul são necessários para manter o *hard* e o *soft power* reforçando a dominação sobre os países periféricos. Por isso Smith (202) afirma que, os sonhos das burguesias periféricas são “apenas sonhos” (p. 58), sendo sempre sujeitas à primazia do imperialismo.

Referências

- ALMEIDA, Mansueto. Desafios da real política industrial brasileira do século XXI. **Texto para discussão**, 2009. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/90932>
- AMIN, S. The New Triad Imperialism. In **Obsolescent Capitalism**. Zed, 2003.
- _____. **A implosão do capitalismo contemporâneo**: outono do capitalismo, primavera dos povos. Trad. de Wanda Brant. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2018a.
- _____. **Modern imperialism, monopoly finance capital, and Marx's law of value**: monopoly capital and Marx's law of value. NYU Press, 2018b.
- _____. **Eurocentrismo**: crítica de uma ideologia. Lavrapalavra, São Paulo, 2021.
- ARRIGHI, Giovanni. The world economy and the Cold War, 1970–1990. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (org). **The Cambridge History of the Cold War**. Cambridge University Press, 2010.
- BIANCHI, Álvaro. **O ministério dos industriais**: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.



- BOITO, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2018.
- _____. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>
- CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e sociedade**, v. 21, n. spe, p. 831-851, 2012.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Unesp, 2002.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco E. P. **Economia brasileira em marcha forçada**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004
- EVANS, Peter B. **A tríplice aliança**: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. **Autonomia e parceria**: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Globo Livros, 2006.
- FOSTER, John Bellamy. Monopoly-finance capital. **Monthly Review**, v. 58, n. 7, p. 1, 2006.
- _____. The age of monopoly-finance capital. **Monthly Review**, v. 61, n. 9, p. 1, 2010.
- GUNDER FRANK, André. **Lumpen-burguesia. Lumpen-desenvolvimento**. Porto: Portucarlense Editora, 1971.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**: a questão agrária no Brasil. Companhia das Letras, 2014.
- LENIN, V. I. **Imperialismo**: estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**: a economia da política externa norte-americana. Portucarlense Editora, S/d, 1972.
- MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. In: Traspadini, R. Stédile, J. P. (Org.) **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. P. 131-172.
- MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural 1982
- _____. **O capital**: livro 1, o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, v. 894, 2013.
- MURATT, B.S. **Infraestrutura social no Brasil**: o papel do BNDES nas políticas de saneamento básico dos governos Lula (2003-2010).



- (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.
- OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: OSORIO, J. et. al. (Org.). **Padrão de reprodução do capital**. SP: Boitempo, 2012a, p. 103-133.
- _____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: OSORIO, J. et. al. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. SP: Boitempo, 2012b, p. 37-86.
- _____. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. Editora 34, 2003.
- _____; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos estudos CEBRAP**, n. 84, p. 83-99, 2009.
- POCHMANN, Marcio. **Brasil sem industrialização**: a herança renunciada. Editora UEPG, 2016.
- SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. Boitempo Editorial, 2019.
- SARGENT, Daniel. The Cold War and the international political economy in the 1970s. **Cold War History**, v. 13, n. 3, 2013, p. 393-425.
- SCHNEIDER, Ben Ross. The developmental state in Brazil: comparative and historical perspectives. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, n. 1, p. 114-132, 2015.
- SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**: Globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis. NYU Press, 2016.
- _____. Exploração e superexploração na teoria do imperialismo. In: LÓPEZ, Emiliano (Org.). **As veias do sul continuam abertas**. Expressão Popular, São Paulo, 2020.
- SWEEZY, Paul; BARAN, Paul. **Capitalismo monopolista**. Tradução de Waltensir Dutra, 1966,
- STRANGE, Susan. **Casino capitalism**. Manchester University Press, 2015.
- TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luiz. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização, 1997, p. 27-53.

Recebido em 14 out. 2021 | aceite em 14 dez. 2021.

